

A maçonaria na revolução francesa

*Ailton Elisiário de Sousa**

SUMÁRIO - Diversas teorias foram elaboradas sobre o verdadeiro papel da Maçonaria na Revolução Francesa. O trabalho busca restabelecer a verdade histórica, a fim de que se tenha a real posição da Ordem no acontecimento. Após situar a realidade social da França de 1789 observa-se a situação geral da Maçonaria na França. São examinadas as posições assumidas de diversos autores sobre o papel da Maçonaria na Revolução, inclusive a do autor que conclui ter a Maçonaria participado da Revolução, não como organizadora e executora de todo o movimento, mas como divulgadora dos princípios iluministas que nortearam a Revolução.

Palavras Chave: Maçonaria. Iluminismo. Revolução Francesa.

ABSTRACT - Various theories were elaborated on the true role of Freemasonry in the French Revolution. The work seeks to re-establish the historical truth, to have the real position of the Order in event. After locating the social reality of the France of 1789 noted the general situation of Freemasonry in France. Are examined the positions of various authors on Freemasonry's role in the Revolution, including the author concludes have Freemasonry participated in the Revolution, not as organizer and executor of the entire movement, but as a cultural enlightenment principles that guided the Revolution.

Key Words: Freemasonry. Iluminism. French Revolution.

INTRODUÇÃO

Tem sido objeto de investigação por estudiosos dos mais diferentes matizes o verdadeiro papel representado pela Maçonaria na Revolução Francesa. Várias teorias foram elaboradas, sobressaindo-se dentre elas a do complô maçônico, pela qual o movimento revolucionário teria sido o resultado de uma trama nascida e desenvolvida no seio das lojas maçônicas francesas. Esta teoria teve ampla repercussão, não só entre os adversários da Maçonaria, mas notadamente, entre os próprios maçons que motivados pelo entusiasmo e sem uma análise mais profunda, passaram a admiti-la como perene e incontestável verdade.

Procuramos neste estudo restabelecer a verdade histórica, coligindo e comparando os resultados de pesquisas realizadas por historiadores maçons e profanos, além dos exames de determinantes e fatores outros, de forte conteúdo político-ideológico e sócio-econômico, tidos como causas insofismáveis da Revolução Francesa. Destarte, nosso objetivo é desfazer qualquer opinião formada sem bases criteriosas, a fim de que ocupe a

Maçonaria a sua real posição no extraordinário acontecimento.

Os historiadores consultados acham-se divididos em dois campos: os que defendem a participação direta e profunda da Maçonaria na Revolução e os que consideram de ínfima significação ou mesma nula tal participação. Entre os primeiros, estão aqui destacados Tenório de Albuquerque, Gaston Martin, Pouget de Saint-André, Louis Amiable, Philippe Sagnac, Pedro Calmon e João R. de Vasconcelos Cesar. Entre os segundos, encontram-se Nicola Aslan, Daniel Mornet, Bernard Fay, L. de Cardenal, Alec Mellor, Osvald Wirth e Louis Blanc.

Os elementos complementares do estudo são retirados da Revolução Científica que se vinha processando desde o Século XVIII, do Iluminismo que aflorou no Século XVIII como coroamento das mudanças na vigente estrutura do pensamento, da Enciclopédia que trouxe enorme contributo à secularização da sociedade e da crise geral em que se defrontava o feudalismo, particularmente a sociedade francesa.

À guisa ainda de apresentação, este trabalho está dividido em nove partes: Introdução, A Revolução Científica do Século XVIII, Iluminismo e Enciclopédia, A

* O autor é Grande Orador da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba. Ex-Venerável Mestre da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença nº 1. Ex-Venerável Mestre da Loja Simbólica Regeneração Campinense nº 2. Membro Emérito do Supremo Conselho do Grau 33 do REAA da Maçonaria para a República Federativa do Brasil. Membro Efetivo da Academia Paraibana de Letras Maçônicas. Presidente da Academia de Letras de Campina Grande. Professor. Economista. Advogado. Teólogo.

Revolução Francesa e Suas Repercussões, Ação Maçônica na Revolução Francesa: Posicionamentos, Situação Geral da França e da Maçonaria Francesa nos Fins do Século XVIII, Posicionamento do Autor, Conclusão e Bibliografia. A abreviação "op. cit." nas chamadas de rodapé, refere-se à obra citada na bibliografia.

A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA NO SÉCULO XVIII

O universalismo da Revolução Francesa determinou um marco divisório da História, não tendo se constituído puramente num fenômeno francês, mas pertencido ao mundo pelos abalos que provocou nos alicerces da sociedade ocidental da época. Representou a Revolução a crise final do "Ancien Régime", aristocrático, feudal e mercantilista, cujas estruturas foram abolidas e substituídas por outras apropriadas ao novo Estado burguês, capitalista e liberal. Ela, que estabeleceu um governo liberal apoiado na burguesia, mudou profundamente a estrutura da sociedade francesa, transformando-a em todos os níveis da realidade social, ou seja, no econômico, no político, no jurídico, no social e no ideológico. Esta mudança radical, porém, só foi possível acontecer, dado o acirramento do clima de inconformismo e crise social então reinantes, que levando intelectuais e tantos outros instruídos nas letras e ciências, a procurar respostas e soluções para os grandes problemas de antanho, os fizeram enveredar, juntamente com a burguesia, por caminhos que rejeitavam as velhas crenças, os velhos textos, as velhas tradições.

A estrutura do pensamento vinha sofrendo mudanças significativas desde o Século XVIII. A Revolução Científica que vinha se operando rompia com a visão do mundo determinada na Idade Média, substituindo o teocentrismo pelo antropocentrismo, isto é, colocando o Homem no lugar de Deus como centro do Universo, trocando assim, as explicações teológicas e metafísicas dos fenômenos e leis da Natureza por argumentos racionalistas, dando à Razão a supremacia da explicação do Universo pelas leis físicas e naturais. Percebia-se deste modo, o mundo em constante movimento, aberto e infinito, ligado pela unidade de suas leis, e não mais, um mundo imóvel, hermético e hierarquizado, como havia ensinado Aristóteles (384 - 322 A. C.). Esta nova concepção deveu muito aos filósofos Francis Bacon (1561 - 1626), Galileo Galilei (1564 - 1642), René Descartes (1569 - 1650), Johan Kepler (1571 - 1630), Isaac Newton (1642 - 1717) e Gottfried Leibnitz (1646 - 1716). Todavia, conceber a Natureza em constante movimento implicava perceber, também, as instituições sociais como suscetíveis de mudanças. As noções de que a Natureza e tudo que nela se encontrava, estavam em movimento, se firmavam cada vez mais. Tudo isto significava progresso, que veio a realçar no Século XVIII, chamado Século das Luzes, em face do movimento intelectual que emergiu denominado Iluminismo ou Ilustração, que tinha como temas básicos a Liberdade, o Progresso e o Homem.

ILUMINISMO E ENCICLOPÉDIA

O Iluminismo, cujas origens ligam-se ao Racionalismo desenvolvido por Descartes e ao Empirismo (Sensualismo) de John Locke (1632 - 1704), encontrou sua máxima expressão entre os escritores franceses que propagaram essas idéias rapidamente entre a elite intelectual européia. Os grandes veículos de divulgação das novas idéias foram os livros, as sociedades intelectuais que se multiplicaram na época e a Maçonaria, que tinha lojas espalhadas por toda a Europa. Entretanto, a síntese do pensamento iluminista encontrava-se na Enciclopédia, originalmente uma obra de livraria, destinada a apresentar ao grande público um panorama dos conhecimentos humanos naquele século ávido de novidades. A Enciclopédia ou Dicionário Nacional das Ciências, das Artes e dos Ofícios, tendo à frente Diderot (1713 - 1784) e D'Alembert (1717 - 1783), propondo-se transmitir os conhecimentos que todo "honnête homme" (homem de bem) deveria ter naquele século, contava com 160 colaboradores, mais de 4.000 assinantes no final de 1757 e, de 1751 a 1772, já haviam sido editados 17 volumes de texto e 11 volumes de ilustração.¹ Foram os seus principais colaboradores: Montesquieu (1689 - 1755) e Voltaire (1694 - 1778) na literatura; Condillac (1715 - 1780) e Condorcet (1743 - 1794) na filosofia; Quesnay (1694 - 1774) e Turgot (1727 - 1781) na economia; Holbach (1723 - 1789) na química; Rousseau (1712 - 1778) na música; Buffon (1707 - 1788) nas ciências naturais; Diderot, na história da filosofia e D'Alembert, nas matemáticas.

A Enciclopédia tentou estruturar todo o corpo teórico do conhecimento até então possível e se tornou a viga mestra de um humanismo alicerçado na Razão. Pela ênfase no conhecimento objetivo, na liberdade "natural" e no progresso humano, ela representou uma contribuição fundamental para a formação de uma consciência racional e para a secularização da sociedade. Por isto mesmo, embora várias vezes interdita pela censura e condenada pelo Papa Clemente XIII (1759), exerceu extraordinária influência no seu tempo e nos anos subsequentes, tornando-se uma das mais importantes plataformas teóricas para a Revolução Francesa, bem como para o desenvolvimento filosófico e científico do Século XIX, cujos porta-vozes encontraram freqüentemente em suas páginas o ponto de partida.

O Iluminismo, pois, foi o movimento intelectual de maior vulto do Século XVIII, e se expressou através do pensamento de filósofos burgueses, cujas críticas às instituições existentes prepararam o caminho à onda revolucionária que destruiu o Antigo Regime. Em 1770 já denunciava o advogado e conselheiro Séguier (1716 - 1792): *"os filósofos se erigiram como preceptores do gênero humano. Liberdade de pensar, eis seu brado, e este brado se propagou de uma extremidade a outra do mundo. Com uma das mãos, tentaram abalar o Trono;*

¹ Mirador, vol. 8, pág. 3.822.

*com a outra, quiseram derrubar os Altares. Sua finalidade era modificar nas consciências as instituições civis e religiosas e por assim dizer, a revolução se processou".*²

Os ataques dos filósofos às instituições do Antigo Regime contribuíram de maneira decisiva para enfraquecer as bases em que o mesmo se apoiava e para preparar o "clima revolucionário". No campo político-ideológico, os ataques se voltavam contra a monarquia absolutista, pois, ao princípio do direito divino dos reis opunham a soberania do povo e a liberdade dos cidadãos. Montesquieu erigia a "doutrina dos três poderes", advogando a divisão da autoridade governamental em executivo, legislativo e judiciário. Escreveu ele: "... a experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele; vai até onde encontra limites. (...) Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas o poder freie o poder ...".³ Assim, cada um dos poderes deveria agir de modo a limitar a força dos outros dois. No terreno religioso, o ataque se voltou contra a Igreja Católica, fazendo-se contrapor à religião de Estado a liberdade de consciência. Voltaire, o mais anticlerical dos iluministas, deista, defendia uma religião natural baseada na crença de um Ser Supremo e na imortalidade da alma. Ele acreditava que Deus estava presente também no Homem, que pode descobri-lo por meio da Razão. No setor econômico, o mercantilismo, como teoria econômica do Estado Absoluto, foi combatido pelos economistas fisiocratas, contrapondo-lhe a liberdade econômica. Criticavam as regulamentações mercantilistas e o direito do Estado intervir na vida econômica. O lema básico do "laissez-faire, laissez-passer: le monde va de lui même" - ("deixar fazer, deixai passar, que o mundo anda por si mesmo") - limitava o Estado a apenas incentivar o progresso técnico e econômico, eliminando os obstáculos ao livre jogo da economia. No campo social, aos privilégios das classes parasitárias foram contrapostos os interesses da burguesia.

Foram os pensadores iluministas os responsáveis pelo estabelecimento dos fundamentos ideológicos da burguesia, que assumiu a direção do movimento revolucionário. A estrutura social francesa estava dividida em três Estados ou Ordens: o Clero, integrava o Primeiro Estado; a Nobreza, o Segundo Estado; e o Povo, comportando diversas classes reunidas, o Terceiro Estado. Este Terceiro Estado era chefiado pela burguesia, formado pelos proprietários do capital, pelos banqueiros, pelos industriais, pelos comerciantes, que senhores de sua influência econômica e de sua importância social, lideraram o povo no processo de rompimento com o absolutismo. As outras classes do Terceiro Estado estavam representadas pelos cognominados "sans-culottes", que compreendiam os camponeses, os operários, os artesãos, os pequenos empresários rurais, os pequenos comerciantes e a massa pauperizada do povo.

² Citada por Dupaquier e Lachiver, op. cit., pág. 221.

³ Montesquieu, op. cit., pág. 148.

Entre esses Estados os choques de interesse e os conflitos eram gritantes. A Revolução Industrial em curso na Inglaterra concretizava cada vez mais o sistema capitalista e a crise final do Antigo Regime na França apontava a transição do feudalismo para o capitalismo. A nobreza feudal via-se atingida pela alta do custo de vida e pelo fortalecimento da burguesia e, ante essa dupla ameaça, empreendeu uma reação chamada Revolta Aristocrática, procurando para enfrentar a alta dos preços, aumentar suas rendas tributando com rigor os camponeses, e para enfrentar a burguesia, preservar e ampliar seus privilégios, ocupando mais funções de direção na administração pública, na justiça, nas forças militares e na Igreja. Já os operários urbanos e os trabalhadores rurais viam cada vez mais seu poder aquisitivo diminuído face a crescente defasagem de salários, sempre inferiores à alta do custo de vida, acrescido ainda do arrocho fiscal. Todavia, a burguesia, disposta de mais capitais, passou a investí-los em maior escala na produção e no comércio. A Reação Aristocrática representava para ela um bloqueio à sua ascensão, porém, consciente de sua posição de líder do Terceiro Estado e orientada pelos princípios iluministas, passou não só a ambicionar o poder político, mas também a lutar efetivamente por ele. O resultado, pois, não seria outro: a Revolução. Em nome da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que alguns tributam a Louis-Claude de Saint-Martin (1743 - 1803) e outros a Antoine-François Momoro (1756 - 1794), a Bastilha, símbolo da opressão do Antigo Regime, foi tomada e arrasada. Um rei, uma rainha e centenas de nobres e contra-revolucionários foram executados e uma nova ordem política estabelecida.

A REVOLUÇÃO FRANCESA E SUAS REPERCUSSÕES

O estopim para a eclosão da Revolução Francesa foi a convocação dos Estados Gerais em maio de 1789 por Luis XVI (1754 - 1793), ou seja, a reunião do Clero, da Nobreza e do Povo, para encontrar medidas de combate ao déficit orçamentário, que culminou com a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde havia uma maioria monárquica constitucional, dirigida por Mirabeau (1749 - 1791) e uma minoria democrática republicana, encabeçada por Robespierre (1758 - 1794). Com a tomada da Bastilha em 14 de julho, a fuga de muitos nobres e clérigos e a capitulação do rei, foram lançadas em 26 de agosto as bases do novo regime, através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esta Declaração trouxe indiscutivelmente uma grande inovação. Até então, o direito público não fixava senão os direitos dos governantes, ou os privilégios de certas classes sociais ou corporações. Os direitos dos súditos não apareciam em forma ativa, e sim em forma passiva, confundidos com os interesses dos Estados. Foi tal Declaração que pela primeira vez afirmou, em forma positiva, e não apenas nas invocações ineficazes ao direito natural, um elenco de prerrogativas que o indivíduo possui em relação ao

Estado, e mesmo, eventualmente, contra ele. O preâmbulo da Declaração está assim redigido: *"Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as causas únicas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram expor, em uma Declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem ..."*.

A Revolução Francesa não se restringiu aos acontecimentos de 14 de julho e mais alguns outros episódios históricos. Ela cobriu um período de 26 anos, de 1789 a 1815, dividido em três fases: a fase das instituições, de 1789 a 1792, em que ficou selada a adoção da monarquia constitucional baseada na soberania do povo e na separação dos poderes; a fase das antecipações, de 1792 a 1794, em que foi abolida a monarquia constitucional e instituída a república baseada na igualdade e na virtude; a fase das consolidações, de 1794 a 1815, ou período napoleônico, dividido em duas etapas, a do consulado e a do império, cujo Código Civil promulgado em 1804 traduzia concretamente os postulados da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que eram liberdade individual, liberdade de trabalho, liberdade de consciência, Estado leigo, igualdade perante a lei e manutenção da propriedade privada. Ocorreram, então, na primeira fase, a abolição das antigas estruturas e o estabelecimento de novas instituições e de uma sociedade sob direção e gestão burguesas; na segunda fase, a fase mais radical da Revolução, a fase do Grande Terror, a luta pelo poder travada pelos girondinos e jacobinos, os primeiros representantes da alta burguesia mercantil, dirigidos por Brissot (1754 - 1793), Hébert (1757 - 1794) e Condorcet, e os segundos representantes da pequena burguesia exaltada, dirigidos por Robespierre, Marat (1743 - 1793) e Danton (1759 - 1794), apoiados por Couthon (1755 - 1794) e Saint-Just (1767 - 1794); na última fase, as guerras, as incorporações e as coligações, possibilitando a expansão territorial e política francesa.

Os princípios dignificadores do homem, consubstanciados na Declaração de Direitos esposada pela Revolução Francesa alcançaram forte repercussão. As transformações ocorridas nos países europeus também se estenderam às terras americanas através dos contactos comerciais e, inevitavelmente, de idéias. Assim, os novos ideais e conceitos políticos e econômicos surgidos no Século XVIII, produzidos na Europa, chegaram à América, onde expressaram, de forma mais ou menos adequada, o inconformismo de setores da população colonial com o estado de coisas reinante. Numerosos eram os sul-americanos que estudavam na França, na época da Revolução. De regresso, eram propagadores daqueles princípios adotados pela Assembléia Nacional Constituinte, das idéias difundidas pela Revolução. Tornaram-se, em meio dos seus compatriotas, pregadores dos Direitos do Homem, da nova concepção social, da reação contra os opressores, da imperiosa precisão de Liberdade para sobrevivência do Cidadão. Assim tivemos, entre tantos outros: Simon Bolívar, na Venezuela; José de

San Martin, na Argentina; Bernardo O'Higgins, no Chile; Benito Juarez, no México; José Martí, em Cuba; Antonio Sucre, na Colômbia; George Washington, nos Estados Unidos; José Alves Maciel, no Brasil; Francisco Miranda, na América Espanhola. Os Estados Unidos, com sua independência declarada desde 1776, contribuiu também para o desenvolvimento do espírito revolucionário na América latina. Sua influência já partia de sua própria Declaração de Independência, onde consta o seguinte: *"Temos por verdade evidente que todos os homens foram criados igualmente e que, ao nascer, receberam do seu Criador, certos direitos inalienáveis que ninguém lhes pode arrebatá-los, entre estes, o de viver, de ser livre, de procurar a felicidade; que os governos não foram instituídos senão para garantir o exercício desses direitos e que seu poder só emana da vontade de seus governados; que desde o momento que um governo é destruído o objetivo para o qual foi estabelecido, cabe ao povo o direito de modificá-lo ou de destruí-lo e organizar outro capaz de proporcionar-lhe a segurança e a felicidade gerais"*.

AÇÃO MAÇÔNICA NA REVOLUÇÃO FRANCESA: POSICIONAMENTOS

Descrita sucintamente a Revolução Francesa, suas causas, suas transformações e suas repercussões internacionais, verificaremos agora de que modo a ação maçônica se fez presente a este grandioso acontecimento. É-se sabido que em nenhuma parte do mundo jamais houve um grito de Liberdade para um povo que não tivesse sido apoiado pela Maçonaria. Diante disto, há uma farta literatura em que a Maçonaria é sobrelevada na sua ação organizadora e até executora da Revolução. Todavia, a responsabilidade que tantos querem imputar-lhe de causadora única pelos acontecimentos praticados no período revolucionário carece de exame mais grave, não obstante a já tantas vezes refutada a tese do padre jesuíta Agostinho Barruel, que durante quase dois séculos espalhou a crença na existência de um complot tramado dentro das sociedades secretas, particularmente dentro das lojas maçônicas, contra o trono e o altar, e cuja conseqüência teria sido a Revolução Francesa. Vejamos, então, o que dizem os diversos autores.

Tenório de Albuquerque⁴ afirma: *"Em todos os movimentos para assegurar aos povos a Liberdade, interveio poderosamente a Maçonaria; no mais das vezes, como organizadora (...) Decididamente a Maçonaria empenhou-se na luta, no final do Século XVIII, em defesa da Liberdade e do Cidadão, do princípio de Igualdade social e jurídica, batalhando com destemor para anular privilégios sociais. Organizou clubes, associações artísticas, para difundir os seus princípios, para desfazer os desequilíbrios sociais (...) A Revolução Francesa foi conseqüência de uma época de opressão, de privilégios excessivos de alguns com sacrifício, com escravização de*

⁴ Albuquerque, op. cit., págs. 121, 124 e 127.

milhões. Entrou em efervescência a reação do povo explorado. A Maçonaria colocou-se, como devia, ao lado dos oprimidos contra os opressores. Os maçons lutaram com denodo. Unidos pelo ideal de Liberdade, orientaram o grande movimento de redenção. A Revolução Francesa... foi um triunfo da Maçonaria". Gaston Martin⁵ diz: "... nas origens da Revolução havia tão somente a Maçonaria". Pouget de Saint-André⁶ declara: "Convém ponderar que, dos 603 deputados do Terceiro Estado, 477 faziam parte da Maçonaria". Louis Amiable⁷ expressa que os maçons "tiveram participação ativa no grande e salutar movimento produzido no país. A influência deles foi preponderante nas assembleias primárias e secundárias". Philippe Sagnac⁸ escreve: "A Maçonaria, filha da filosofia francesa, preparou a Revolução ou mais exatamente, pela sua propaganda incessante, preparou pouco a pouco os espíritos para as reformas que poderiam ter sido feitas facilmente sem as intransigências da maior parte dos privilegiados...". Pedro Calmon⁹ assim dar a conhecer: "A Maçonaria teve a maior parte das responsabilidades naqueles acontecimentos. Foi o sigilo maçônico a alma da revolução de 1789". João César¹⁰ enuncia: "Preparando-se a França para a Grande Revolução, acentuou-se o caráter político da Maçonaria. Tomou desta a trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade e ofereceu-a ao mundo. Espargiu sobre as nações as idéias liberais. Os generais de Napoleão, bem como quase todos os oficiais graduados, eram maçons. Eles minaram a estrutura do absolutismo imperante em vários países, propagando os novos conceitos de soberania popular, de liberdade e de igualdade".

Por outro lado, Nicola Aslan, discordando de Tenório de Albuquerque, argumenta que as provas por este oferecidas, "são tão inconsistentes que não suportam um exame sério",¹¹ deduzindo que "a Revolução Francesa é, precisamente, um desses fatos de excepcional importância que as paixões, os ódios, os interesses e os antagonismos, irredutíveis e exacerbados, conseguiram desfigurar, enroucando-os de camadas e camadas de lendas e mitos, nos quais superabundam a calúnia e a lisonja. Porém, a calúnia mais audaciosa e iníqua é aquela que atribui à Maçonaria a preparação e o desencadeamento da Revolução Francesa".¹² Daniel Mornet¹³ escreve: "A maior parte dos maçons não são nem revolucionários, nem mesmo reformadores nem filósofos, nem mesmo descontentes (...) Sem que a maior

parte dos maçons se dessem nitidamente conta, sem que as suas idéias fossem claramente diferentes das idéias dos que não eram maçons, estavam eles vagamente preparados a compreender certas idéias que hão de sustentar a Revolução, ou pelo menos a não estranhar demasiadamente delas (...) A história da conspiração secreta, impelindo na sombra a massa ignorante e indócil, não é outra coisa senão a história de uma lenda". Bernard Fay¹⁴ confessa: "As sessões da loja não são o melhor testemunho das iniciativas mais audazes e concretas visto que, devido ao caráter da maçonaria, deveu ela conservar um aspecto de mistério, dignidade e unção religiosa, incompatível com a polémica violenta. Cada vez que a Loja Nove Irmãs precisou romper lanças a favor de alguém ou de algo, fê-lo através de associações derivadas, criadas com este objetivo, ou por meio de algum dos seus membros". L. de Cardenal¹⁵ escreve: "Importa não perder de vista que a Maçonaria Francesa, sob o Antigo Regime, nada tinha que a apresentasse como um organismo antigovernamental. Este caráter, parece, ao contrário, ser-lhe proibido pelos seus estatutos fundamentais. Talvez, no final, algumas oficinas mais ou menos influenciadas pelo iluminismo bávaro achavam-se dispostas a empreenderem uma ação diretamente revolucionária. Agiram, sem dúvida, tão somente como atiradores isolados". Alec Mellor¹⁶ diz: "A Revolução Francesa não foi de nenhum modo a obra da Maçonaria". Osvald Wirth¹⁷ afirma: "No decorrer da tempestade revolucionária, quase todas as lojas cessaram de se reunir... o tempo não era próprio, aliás, para estudos serenos. A luta que enfebrecia os espíritos opunha-se à pesquisa calma e desinteressada da Verdade. Nestas condições, os clubes políticos, ruidosos e apaixonados, correspondiam muito melhor às necessidades dos homens de ação, que as lojas, reservadas ao recolhimento filosófico e à tolerância humanitária". Louis Blanc¹⁸ atesta que aqueles que faziam parte da Maçonaria "continuavam a ser, na sociedade profana, ricos e pobres, nobres e plebeus; mas, no seio das lojas, templo aberto à prática de uma vida superior, ricos, pobres, nobres e plebeus, deviam reconhecer-se como iguais e chamavam-se irmãos. Era uma acusação indireta, real e contínua, das iniquidades, das misérias da ordem social; era uma propaganda em ação, uma prédica viva".

Comparando estas assertivas e tendo examinado outros estudos pertinentes à matéria, nossa conclusão pessoal diverge dos autores ora citados. Antes, porém, de a apresentarmos, é conveniente que vejamos a situação geral da França e da Maçonaria Francesa no período em que antecede a Grande Revolução.

⁵ Martin, op. cit., prefácio.

⁶ Saint-André, op. cit., pág. 27.

⁷ Amiable, in "Une Loge Maçonnique d'avant 1789", citado por Albuquerque, op. cit., pág. 124.

⁸ Sagnac, citado por Albuquerque, op. cit., pág. 123.

⁹ Calmon, in "História Social do Brasil", citado por Albuquerque, op. cit., pág. 197.

¹⁰ César, op. cit., pág. 13.

¹¹ Aslan, op. cit., pág. 44.

¹² Aslan, op. cit., pág. 44.

¹³ Mornet, op. cit., pág. 675.

¹⁴ Fay, op. cit., pág. 263.

¹⁵ Cardenal, op. cit., pág. 22.

¹⁶ Mellor, op. cit., pág. 432.

¹⁷ Wirth, op. cit., págs. 91/92.

¹⁸ Blanc, in "Histoire de la Révolution Française", citado por Aslan, op. cit., pág. 82.

SITUAÇÃO GERAL DA FRANÇA E DA MAÇONARIA FRANCESA NOS FINS DO SÉCULO XVIII

Desde 1780, a França atravessava uma época de escassez de gêneros alimentícios. Era a fome, a doença endêmica, permanente, que grassava quase todos os países da Europa. Enfrentava ainda um rápido crescimento populacional, resultante da queda do índice de mortalidade, da manutenção do elevado índice de natalidade e do êxodo rural, o que criava a necessidade de ser aumentada a produção de alimentos, mas que se tornava um sério problema devido a persistência de uma agricultura feudal voltada para a produção de subsistência. A agricultura francesa via também sua subprodução agravada por fatores climáticos que acarretavam más colheitas e, conseqüentemente, a elevação dos preços, a subalimentação, a miséria das classes populares. Os camponeses e os povos das cidades, revoltados, saqueavam as aldeias e roubavam as parcas colheitas. Bandos de vagabundos armados percorriam as estradas e províncias, saqueando-as. Nas diferentes localidades a população organizava-se militarmente e burgueses armados faziam patrulhas contra os salteadores. Os camponeses já em situação miserável, tinham que pagar mais tributos ainda à decadente nobreza e mais dízimos ao clero. Nas cidades, uma massa de desempregados perambulava pelas ruas. Os rendimentos feudais já não propiciavam aos proprietários rurais resultados compensadores, diante da perda constante do poder aquisitivo da moeda. Os motins se sucediam aceleradamente. A indústria manufatureira francesa, incapaz de concorrer com a indústria inglesa, em decorrência do desastroso tratado comercial com a Inglaterra, que assegurava baixos direitos de importação aos tecidos e produtos metalúrgicos ingleses em troca de tarifas preferenciais ao vinho francês exportado, via sucederem-se as falências, trazendo em sua companhia o desemprego, a queda de salários, o subemprego, ao mesmo tempo em que o custo de vida se elevava. Paralelamente, a monarquia debatia-se em grave crise financeira, devido aos gastos com as guerras em que se empenhara e às despesas decorrentes de uma Corte suntuosa. O pagamento da dívida pública francesa absorvia mais da metade da receita. A balança comercial era extremamente deficitária. Os ministros, mediante a introdução de reformas tributárias e levantamento de novos empréstimos, tentavam reerguer as combalidas finanças francesas, mas fracassavam em suas tarefas. O governo já não gozava de credibilidade alguma. A família real esbanjava dinheiro. A nobreza, quando se arruinava, era socorrida pelo rei, que pagava suas dívidas. Dividiam os nobres entre si a quarta parte do orçamento público, pelas rendas auferidas através de cargos públicos e de governos provinciais. O clero não pagava impostos e, em fins de 1789, já detinha um sétimo dos bens imobiliários da França, sem contar a prata, o ouro e as rendas

provenientes dos dízimos.¹⁹ Os doze mil oficiais do exército francês, pertencentes à nobreza, sozinhos absorviam mais da metade do orçamento militar. Entretanto, dentro do Terceiro Estado, a burguesia aumentava a cada dia o seu poderio econômico-financeiro, através da acumulação de capital via concentração dos meios de produção e de grandes somas de dinheiro, elevando sua importância social. Ademais, tinha ao seu lado o pensamento iluminista, que defendendo os ideais liberais burgueses, transferia da realeza, do clero e da nobreza, para a classe burguesa, a superioridade intelectual e moral, no que se deixaram também influenciar muitos nobres e eclesiásticos. Era esta, pois, a situação geral da França, no final do Século XVIII: a nobreza e o clero concentrando privilégios os mais absurdos, abusando de suas prerrogativas, explorando o povo oprimido e economicamente nada produzindo. E disto, soube bem, aproveitar-se a burguesia, para estabelecer a sua ideologia e o seu poder.

No tocante à Maçonaria, informa-nos Tenório de Albuquerque²⁰ que em 1775 a França contava com 104 lojas, sendo 23 em Paris, 71 nas províncias e 10 militares, e que em 1789, este número subira para 639, das quais 65 em Paris, 38 nas colônias, 442 nas províncias, 69 ligadas aos corpos militares e 17 em países estrangeiros. Contudo, Nicola Aslan²¹ considera apenas Mirabeau e Marat como maçons, não obstante estimativa da existência de trinta mil filiados em toda a França, ao passo que outros têm como pertencentes à Maçonaria quase todos os destacados personagens da Revolução, inclusive Robespierre, que promoveu o culto do Ser Supremo e, juntamente, com Couthon e Saint-Just, instaurou a política do Terror. Gaston Martin²² por sua vez, diz-nos que a Maçonaria acolhera os burgueses, não se abrindo ao povo, nem mesmo aos artífices que com ele eram confundidos. Diz-nos mais ainda que o Grande Oriente de França não interveio diretamente nos conflitos políticos, mantendo-se acima da refrega, mas que favoreceu todas as iniciativas individuais dos maçons que se manifestaram no sentido das reformas, desde que fossem exteriores às lojas. Osvald Wirth²³ afirma que os maçons eram unicamente homens sinceros que se limitavam a por em prática nas lojas, as idéias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Daniel Mornet²⁴ escreve que as lojas maçônicas, na sua maioria, eram simplesmente círculos sociais, nos quais não se meditava qualquer plano político ou filosófico, mas que haviam sido procuradas desde o início como distinção. Albert Lantoine²⁵ chama a atenção para o fato de que um movimento como este não se improvisa e que

¹⁹ Le Boutteux, op. cit., pág. 19.

²⁰ Albuquerque, op. cit., pág. 121.

²¹ Aslan, op. cit., pág. 46.

²² Martin, op. cit., págs. 29 e 189.

²³ Wirth, op. cit., pág. 84.

²⁴ Mornet, op. cit., pág. 368.

²⁵ Lantoine, op. cit., pág. 74.

não houve nenhuma transformação que não tivesse as suas causas nos séculos precedentes.

POSICIONAMENTO DO AUTOR

Uma revolução social é entendida como a queda repentina e de longo alcance na continuidade do desenvolvimento de um sistema social.²⁶ É, em outros termos, a mudança radical na vida da sociedade, que conduz à derrota do regime social caduco, e ao estabelecimento de um novo regime progressivo, transferindo o poder das mãos de uma classe às mãos de outra classe.²⁷ O movimento revolucionário francês, dentro destes princípios, foi uma revolução, posto que, superando o feudalismo, a monarquia absoluta e a teoria do direito divino dos reis, estabeleceu a passagem para o capitalismo, a república, a teoria liberal e a transferência do poder político da aristocracia para a burguesia. Evidente que esta mudança não se concretizou da noite para o dia, como num passe de mágica, mas foi processada durante um longo tempo, cujas raízes se fincaram em séculos anteriores.

Num primeiro período, que podemos chamar de pre-revolucionário, as condições para a eclosão da revolução foram sendo criadas, de forma lenta e gradual. O declínio das classes detentoras do poder, a perda do prestígio da autoridade tradicional, o despertar de estratos da população para a importância que lhe estava reservada na estrutura do poder, o crescimento da tensão social que se implantou, a análise crítica do desenvolvimento da filosofia, ciência e artes, a construção de nova ideologia que refutava valores arraigados e a agitação política organizada, foram alguns pontos dentre outros que fizeram culminar na tomada do poder. A queda da Bastilha foi o momento revolucionário que determinou o período revolucionário propriamente dito, o que fez com que, nas palavras de tantos historiadores, a multidão frenética, armada, atacava e pilhava as repartições, os armazéns, as padarias e tantos outros estabelecimentos. Neste período, os revolucionários quiseram demonstrar a rejeição ao passado e a seus valores através de exemplos marcantes, tais como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a abolição da monarquia e dos privilégios, a instituição do divórcio, a implantação da república, a formação de tribunais revolucionários, a decretação da pena de morte. Por fim, veio o período pós-revolucionário, no qual se procurou consolidar os princípios da Revolução, pelo enfrentamento delirante dos jacobinos que radicalizavam posições contra os girondinos, culminando com a instalação do Terror, numa ação de contra-revolução, que levou à guilhotina 1.376 pessoas, inclusive os seus chefes.²⁸ A prática da violência em todo o período revolucionário foi uma constante. Todavia, sabe-se que essa violência teve, nas

jornadas de 1789, uma base popular, como reação do povo às ameaças do rei, e nas jornadas de 1793, um conteúdo institucional, como prática de governo, haja visto que, neste excepcional momento, a Revolução teve que deixar de lado seus ideais de liberdade e de justiça para transpor os obstáculos que se apresentavam à sua frente, levantados pelos girondinos liderados por Camille Desmoulins (1760 - 1794) e Danton (1759 - 1794), que terminaram por sucumbir na guilhotina por ordem de Robespierre.

Neste contexto, qual foi o papel desempenhado por nossa Instituição? Foi o de uma participação direta, decisiva, profunda? Ou foi nula ou insignificante sua atuação? A Maçonaria cobriu integralmente todo o período revolucionário? Ou sua ação se verificou de modo parcial, em alguns momentos distintos do processo?

Pretendem alguns estudiosos seja a Maçonaria confundida com a própria Revolução. Inaceitáveis, no entanto, os seus argumentos, pois isto é responsabilizá-la totalmente por todos os atos praticados e por suas conseqüências, o que faria da Instituição um super e supra organismo capaz de comandar a vida das nações e a própria humanidade. Não obstante, mesmo admitindo que dos 603 deputados eleitos em 1789 para a Assembléia Nacional na qualidade de representantes do povo, não teria conseguido conduzir a Revolução de forma violenta e aterrorizante, até pelo fato de tal postura chocar-se frontalmente com seus postulados fundamentais de obediência às leis do país e de trabalho incessante pela emancipação progressiva e pacífica da humanidade. Por outro lado, mesmo proibidas as discussões políticas e religiosas em suas reuniões, não seria de esperar que os maçons cruzassem os braços ante os acontecimentos que se sucediam, tanto que, associações foram por ela criadas fora do âmbito das lojas, agrupando cidadãos das mais variadas tendências para discussão de assuntos políticos, destacando-se entre estas o Clube dos Cordeliers, de idéias republicanas, e o Clube dos Feuillants, de idéias monárquico-constitucionais. Por isto mesmo é possível que as lojas, em sua maioria, deixaram de se reunir no período, e que o Grande Oriente de França não haja interferido diretamente nos conflitos para poder manter a disciplina interna e o equilíbrio entre os diferentes modos de pensar das lojas e dos maçons. Afinal, eram maçons tanto burgueses quanto clérigos e nobres, e que diante disto, não poderiam as lojas se tornarem palcos de polêmicas que redundariam na quebra da harmonia e divisão entre os irmãos. No cenário revolucionário, no entanto, estes maçons de idéias divergentes se defrontavam, pugnando por fazer prevalecer, a nível de Estado, tudo aquilo em que acreditavam, e no acirramento da luta irmãos sacrificavam seus próprios irmãos, porque naquele período o poder era a garantia da própria vida. Há quem diga, porém, como Paul Naudon,²⁹ que nem Desmoulins, nem Danton, nem Robespierre e nem mesmo Mirabeau, parecem ter sido maçons.

²⁶ Mirador, vol. 18, pág. 9.846.

²⁷ Rosental e Iudin, op. cit., pág. 501.

²⁸ Mirador, op. cit., pág. 9.857.

²⁹ Naudon, op. cit., pág. 62.

O papel da Maçonaria foi, sem dúvida, de participação na Revolução, mas esta participação não pode ser traduzida como tendo sido ela a organizadora e a executora de todo o movimento. A sua influência fez-se sentir desde o período pré-revolucionário, quando fez propagar os princípios iluministas aliados aos seus próprios princípios, os quais regem atualmente os povos democratas. Ao referir-se ao Iluminismo, G. Huard ³⁰ observa que *"a sua aparição marca uma data que deve ser retida, não por ele ter durado por muito tempo, ou por ter ele representado papel considerável, mas porque a associação pela qual se manifestara foi a primeira que, sob o signo do triângulo, tenha seguido um desígnio verdadeiramente político"*. O caráter político da Maçonaria se fez, pois, marcadamente presente neste período, preparando o terreno com a arma da inteligência para o florescimento do Progresso e da Justiça. A Maçonaria sempre soube que o único modo de produzir socialmente uma mudança profunda e durável de um meio, é o de modificar a sua mentalidade. E assim agiu disseminando as idéias liberais, recusadas pela monarquia e encampadas pela burguesia que, aderindo ao movimento revolucionário, ascendeu ao poder. O panfleto do abade Sieyès (1748 - 1836), maçom, "Qu'est-ce que le Tiers État", escrito no ano que precede os acontecimentos de 1789, é uma clara obra representativa dos anseios da classe burguesa, que deste modo se expressava: *"Que é o Terceiro Estado? Tudo. Que foi ele na ordem política até o presente? Nada. Que pede ele? Ser qualquer coisa"*.

No período revolucionário propriamente dito, a Maçonaria se fez presente nas ações equilibradas de tantos deputados maçons que, individualmente representavam, não a Maçonaria, mas o Estado a que pertenciam, ou seja, o clero, a nobreza e o povo. Destas ações resultaram a supressão de todos os privilégios, o acesso a todos os cidadãos aos cargos públicos, o estabelecimento de uma justiça nacional gratuita, a liberdade individual, a liberdade de consciência, de imprensa, de reunião e de culto, a igualdade perante a lei, entre tantas outras conquistas. Comprova esta atividade política da Maçonaria a própria Declaração dos Direitos, em cujo preâmbulo está inserida a seguinte disposição: *"... a Assembléia Nacional reconhece e declara diante e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão"*. Ora, nas palavras "auspícios do Ser Supremo", sente-se logo a influência da Maçonaria naqueles acontecimentos. Porém, se no período pós-revolucionário, em que instalado o Terror, a Revolução se transformou de reformadora social em páteo de matanças e assassinatos, de desmandos e atrocidades, de paixões desenfreadas, maçons comandavam essas ações contra profanos e seus próprios irmãos, há de se reconhecer duas verdades: a de que a Maçonaria não atuou como Instituição e a de que certos homens após terem sido iniciados continuaram profanos. Desta maneira, pois, é

que vemos e entendemos a participação da Maçonaria na Revolução Francesa. Essencialmente irradiadora, idealizadora de novos caminhos e propugnadora de novo ideal, pela ação dos filósofos iluministas e dos ideólogos revolucionários.

Convém relembrar, que a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa, em que predominou, conseqüentemente, a ideologia da burguesia, transpirada nos trabalhos científicos, culturais e literários de seus porta-vozes, os intelectuais iluministas. Por sua vez, a Maçonaria que acolhia em seus quadros os nobres, os clérigos e a realeza, e portanto, a aristocracia e a burguesia francesas, até pelas elevadas taxas e cotizações impostas aos seus filiados, praticamente mantinha-se inacessível à grande maioria do povo que formava o denominado Terceiro Estado. E por esta forma, tornou-se a Maçonaria o veículo de difusão dos ideais burgueses, os quais constituíram as bases ideológicas da Revolução.

CONCLUSÃO

A deflagração da Revolução Francesa como resultado de uma conspiração da Maçonaria, estudada e ensaiada em seus templos e concretizada pelas mãos de maçons que se tornaram líderes revolucionários, não passa de produto de teorias, na frente das quais se acha o padre jesuíta Agostinho Barruel com a sua obra "Memoires pour servir à l'Histoire de Jacobinisme", editada em 1797. A teoria desenvolvida por este autor fez com que se acreditasse durante muito tempo, como ainda hoje acreditam muitos maçons e profanos, que a Revolução foi tramada dentro das lojas maçônicas e por estas executada. ³¹

Ficou demonstrado aqui que tal teoria carece de bases sólidas de sustentação. Na realidade, a Maçonaria tornou-se poderoso canal de divulgação do Iluminismo, no entanto, entre ser disseminadora de idéias e planejadora e executora de ações que as concretizem, vai muito longe a diferença. Sim, porque o Iluminismo como uma das causas da Revolução Francesa, congregava juristas, professores, cientistas, médicos, economistas, engenheiros, funcionários civis e militares, clérigos, artistas e outros homens de letras. Encontrando-se nos salões e academias, fazendo parte de associações ou de sociedades secretas, essa gente formava o mundo por excelência em que se produziam e debatiam as idéias do Iluminismo, ³² mas nem por isto se podendo afirmar que predominavam entre eles iniciados nos Augustos Mistérios da Maçonaria. Afinal, todos os filósofos e enciclopedistas não pertenciam aos quadros da Ordem, e além disto, tendo ocorrido casos, como o de Voltaire, expoente do Iluminismo, cuja atuação foi praticamente

³⁰ Huard, op. cit., pág. 206.

³¹ A teoria surgiu inicialmente em 1791 no livro "O Veu Levantado pelos Curiosos ou O Segredo da Revolução Revelado com a Ajuda da Franco-Maçonaria", escrito pelo abade Lefranc, segundo Naudon, op. cit., pág. 63.

³² Falcon, op. cit., pág. 29.

nula na Maçonaria, haja visto ter falecido três meses após sua iniciação.

A pedra angular da teoria de Barruel assentou-se no fenômeno da secularização da sociedade que, emergindo do Iluminismo, determinou um novo mundo e o modo de ser do homem moderno dentro dele. O Iluminismo apresentava-se como uma religião secular, cujo deus era a Razão e onde a razão era Deus, ameaçando o próprio cristianismo através da Enciclopédia e da Maçonaria. Na afirmação de Francisco Falcon,³³ "a visão tradicional, de natureza finalista ou teleológica por definição, era típica de um universo mental marcado pela Revolução. Pouco a pouco essa visão perdeu terreno diante do avanço da visão imanentista, naturalista e antropocêntrica. Ao longo desse embate produziu-se uma nova concepção do mundo e do homem, essencialmente terrena e humana, pautada pelos pressupostos da imanência, da racionalidade e da relação homem-natureza como realidade essencial. Um dos aspectos mais conhecidos e evidentes da secularização foi o desenvolvimento da crítica às crenças e práticas religiosas, em nome da razão e da liberdade de pensamento". Liberdade, Igualdade de direitos e Fraternidade humana, eram os ideais dos filósofos iluministas e dos maçons. Daí porque a associação de idéias Iluminismo-Maçonaria-Revolução laborada por aquele autor haver tomado grande impulso, de um lado propiciado pelos clericais que atacavam a Maçonaria, e de outro pelos próprios maçons que, quanto mais distanciados do período revolucionário, admitiam a Revolução como obra genuinamente maçônica. Paul Naudon³⁴ declara que "Barruel confunde ao longo de toda a obra, disso não há dúvida, os Franco-Maçons com os Iluminados da Baviera de Weishaupt, os quais visavam - aliás na Alemanha - certos fins não iniciáticos, mas políticos, e que eram de todo diferentes dos fins dos franco-maçons. A versão iria ter grande voga durante o Século XIX, sendo igualmente aceita tanto pelos adversários da Ordem como pelos maçons, cujas tendências liberais não deixava de lisonjear. Mas nem por isso deixava de ser uma efabulação". Hoje, já existem até eclesiásticos que reconhecem a improcedência dos argumentos de Barruel, como o padre Maurice Colinon,³⁵ que assim escreve: "Desde 1796, é tradicional admitir-se a existência de uma conspiração "contra o trono e o altar", preparada de longa data, friamente executada, ao abrigo dos altos graus, cuja existência algo fabulosa e a atividade mais ou menos imaginária não podia deixar de excitar a desconfiança (...) Os historiadores maçons, apressemo-nos em dizê-lo, irão espalhá-la com a mesma complacência que os seus adversários. Tanto assim que, por uma vez, todos parecem estar de acordo para atribuir à Maçonaria, e quase que exclusivamente a ela, a responsabilidade da Revolução (...) Algumas obras

³³ Falcon, op. cit., pág. 33.

³⁴ Naudon, op. cit., págs. 63/64.

³⁵ Colinon, op. cit., págs. 100/101 e 104.

recentes e a utilização dos arquivos maçônicos existentes na Biblioteca Nacional para tudo o que era anterior ao ano de 1851, devia permitir que este julgamento fosse de algum modo retificado (...) Ninguém pode ler, hoje, Barruel, sem pronunciar imediatamente as palavras de romance-folhetim". Alec Mellor³⁶ assim escreve: "A verdade é que não somente, ao contrário dos pontos de vista alucinatórios de Barruel, a Maçonaria não foi a mãe da Revolução Francesa, mas é necessário dar um passo a mais: não teve responsabilidade nem na elaboração nem na difusão da irreligião dos filósofos e dos enciclopedistas". Jean Palou³⁷ afirma que "a Revolução Francesa foi de tal forma uma subversão das estruturas políticas, sociais e econômicas, que parece uma tolice, hoje, quando esse grande movimento é estudado sem paixão, querê-lo enquadrado e dirigido pela Franco-Maçonaria, por mais importante que fosse o lugar por ela ocupado na sociedade européia do fim do Século XVIII". André Latreille³⁸ assim se expressa: "(A Maçonaria) fez, um pouco em toda a Europa, mas sobretudo na França, o leito da propaganda filosófica e racionalista. (...) Um movimento dessa amplitude, que estourou na França em 1789, para se propagar durante vinte e cinco anos seguidos, subvertendo do ponto de vista religioso o mundo inteiro, não pode ser explicado a não ser por causas profundas, mas de outra ordem. Seria absurdo apresentar a Maçonaria como o agente satânico de um desabamento inopinado, quase conseguindo criar de todas as peças um conflito, quando então desde muito tempo atuavam causas de descontentamento e de inquietação: a diminuição do zelo religioso, os privilégios exorbitantes de uma parte do clero, o surto de regalismo e de hostilidade contra Roma, a filosofia das luzes, em suma, uma crise de consciência que abalava os Estados, mesmo os mais católicos, da Europa do Antigo Regime".

A tese da conjura, da atitude revolucionária que haja assumido a Maçonaria, deve, pois, ser posta de lado. Não se pode negar, entretanto, a responsabilidade de maçons que efetivamente foram atores revolucionários, mas tão somente enquanto cidadãos e representantes de suas classes sociais influenciados pelos enciclopedistas. Na qualidade de iniciados maçons jamais, em face da Maçonaria em geral e como Instituição, haver assumido em qualquer instante um comportamento revolucionário. Desta forma colocam-se Joseph de Maistre e Augustin Cochin,³⁹ bem como José Castellani,⁴⁰ quando assim escreve: "Afirmar que o movimento foi uma exclusiva obra maçônica, é uma inverdade histórica e um

³⁶ Mellor, op. cit., pág. 123.

³⁷ Palou, op. cit., pág. 126.

³⁸ Latreille, in "L'Église Catholique et la Révolution", citado por Palou, op. cit., pág. 131.

³⁹ Maistre, in "La Franc-Maçonnérie", e Cauchin, in "Les Sociétés de Pensée et la Révolution en Bretagne - 1788/1789", citados por Naudon, op. cit., pág. 64.

⁴⁰ Castellani, op. cit., págs. 13/14.

cabotinismo, de que muitos autores maçônicos têm lançado mão; em contrapartida, outros autores, principalmente adversários da Maçonaria, têm caído no extremo oposto, negando-lhe qualquer participação na revolta. Na realidade, uma análise fria e desapaixonada dos fatos, não pode colocar o pesquisador em nenhum dos dois extremos, pois se não houve, de fato uma conspiração revolucionária interna na Maçonaria francesa, deve-se convir que ela funcionou como um extraordinário veículo político das idéias liberais, consubstanciadas no ideal maçônico de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que, encontrando terreno fértil no descontentamento causado pelas crises sociais, econômicas e políticas, levou à eclosão da Revolução, marco histórico da ascensão da burguesia e da decadência da monarquia absoluta, e fato de grandes conseqüências para todos os povos do mundo".

De igual modo também assim entendemos, ponderando ao mesmo tempo que decorridos já duzentos anos deste notável acontecimento histórico, tempo demasiadamente suficiente há para se colocar ponto final nesta questão, recolocando-se a Maçonaria na sua verdadeira posição. Não há o que se vangloriar de atos preparatórios e executórios da Revolução que jamais foram praticados. Há, sim, o que se orgulhar da poderosa influência da Maçonaria pelos magníficos avanços políticos e sociais alcançados, ante sua ação intemorata de profusão ideológica. Há, sim, o que se ufanar, da ação corajosa de tantos dos seus filiados, cujo verve exaltava os corações ansiosos por liberdade, por igualdade e por fraternidade. Eis, pois, a autêntica ação maçônica revolucionária na colossal Grande Revolução.

BIBLIOGRAFIA

ABRINES, L. F. e ARDERIU, R. A. *Diccionario Enciclopedico de la Masoneria*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Kier. 1962.

ALBUQUERQUE, A. T. C. de. *O Que é a Maçonaria*. Rio de Janeiro: Editora Aurora. 1967.

AQUINO, R. S. L. de, et alii. *História das Sociedades - Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico. 1988.

ASLAN, N. *Landmarques e Outros Problemas Maçônicos*. Rio de Janeiro: Editora Aurora. S/d.

CARDENAL, L. de. *La Province pendant la Révolution - Histoire des Clubs Jacobine* - Paris, França: Payot. 1929.

CASTELANNI, J. - *A Maçonaria e sua Política Secreta*. Santos, SP: Traço Editora. 1981.

CESAR, J. R. de V. - *Maçonaria e Política*. Fortaleza, CE: Grande Loja do Ceará. Edição do Cinquentenário. 1978.

COLINON, N. *L'Église en face de la Franc-Maçonnerie*. Paris, França: Arthème Fayard - 1954.

DUPAQUIER, J. e LACHIVER, H. *Les Temps Modernes*. Paris, França: Bordas - 1970.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Companhia Melhoramentos. 1982.

FALCON, F. J. C. *Iluminismo*. - São Paulo: Editora Ática. 1986.

FAY, B. - *La Francmasoneria y la Revolution Intelectual del Siglo XVIII*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Huemul. 1963.

HUARD, G. *L'Art Royal - Éssai sur l'Histoire de la Franc-Maçonnerie*. Paris, França: Marcel Giard. 1930.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

LANTOINE, A. - *Lettre au Souverain Pontife*. Paris, França: Éditione du Symbolisme. 1937.

LE BOUTTEUX, F. - *L'État, l'Église et les Reformes*. Paris, França: Éditeur Ernest Leroux. 1977.

MARTIN, G. *La Franc-Maçonnerie Française et la Préparation de la Révolution*. Paris, França: Les Presses Universitaires de France. 1926.

MELLOR, A. *La Franc-Maçonnerie à l'heure du Choix*. Tours, França: Mame. 1963.

MONTESQUIEU, C. L. S., baron de la. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores. 1979.

MORNET, D. *Les Origines Intellectuelles de la Révolution Française: 1715/1787*. Paris, França: Librairie Armand Colin. 1954.

NAUDON, P. A *Franco-Maçonaria*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América. 1977.

PALOU, J. - *A Franco-Maçonaria Simbólica e Iniciática*. São Paulo: Editora Pensamento. S/d.

ROSENTAL, M. e IUDIN, P. *Pequeno Dicionário Filosófico*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro. S/d.

SAINT-ANDRÉ, P. de. *Auteurs Cachés de la Révolution*. - Paris, França. 1923.

WIRTH, O. *Le Livre de l'Apprenti - Le Symbolisme*. Laval, França - 1962.

APÊNDICE

Sob o título *Maçonaria e Revolução*, esta tese foi apresentada pelo autor no V Congresso Internacional de História e Geografia da Maçonaria, promovido pela Academia Brasileira Maçônica de Letras em março de 1990, no Rio de Janeiro.

A tese foi relatada pelo acadêmico maçom Mario Name, médico, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná em 1964, membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, membro efetivo da Associação Médica Brasileira e da Associação Paulista de Medicina.

Iniciado na Ordem Maçônica em 1975 é filiado à Loja Inconfidência 3º Milênio, grau 33 do Rito Brasileiro, tendo exercido altos cargos maçônicos, dentre os quais o de Venerável Mestre, Athersata do Capítulo Rosa Cruz 3º Milênio de Campinas e Grande Secretário de Orientação Ritualística para o Rito Brasileiro do Grande Oriente de São Paulo. É membro efetivo da Academia Campinense Maçônica de Letras, da Academia Paulista Maçônica de Letras e da Academia Brasileira Maçônica de Letras.

O relatório do ilustre irmão foi vazado nos seguintes termos:

Ailton Elisiário de Sousa, professor titular das Universidades Federal e Estadual da Paraíba, é um jovem maçom de 45 anos de idade que demonstra através de seu currículo, tratar-se de Irmão culto, com grande atividade na área de sua atuação profissional e dono de uma invejável carreira maçônica.

No curto período de 18 anos, decorridos desde sua iniciação, Ailton Elisiário de Sousa percorreu todos os caminhos da Maçonaria simbólica e filosófica, assumindo cargos, galgando graus, degraus e fundando corpos filosóficos em vários orientes do Estado da Paraíba.

A julgar pela sua atuação na difícil área do Mercado de Capitais, Administração de Empresas e Economia, o Irmão Ailton coloca toda sua potencialidade cultural também a serviço da Maçonaria e nos brinda com este excelente trabalho sobre tema tão polêmico e de grande interesse da Maçonaria Universal e do maçom em particular.

Sem se ater ao ufanismo (próprio do maçom inculto e despreparado) o autor da Tese faz uma ampla análise crítica dos fatos sociológicos e políticos que transcorreram antes, durante e depois do período revolucionário na França de Voltaire.

A partir da Revolução Científica do Século XVII, desde Galileu a Newton, e dos movimentos filosóficos representados pelos Iluministas, Enciclopedistas e outros, iniciou-se realmente um lento e progresso processo de evolução cultural que lutava pelo direito do homem pensar e agir, já que este binômio era cerceado pela Igreja e pelo Trono.

O autor da Tese coloca muito bem os movimentos intelectuais que precederam o período revolucionário já que a elite de pensadores e filósofos da época - principalmente na França, liderados por

Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau e outros, desencadearam verdadeira guerra intelectual ao absolutismo real, aos privilégios do clero e à conseqüente necessidade de mudanças no regime.

Afirmar-se - entretanto - que a Revolução Francesa fora arquitetada e executada pela Maçonaria, em face do grande número de maçons que figuravam na cúpula do movimento ou em face da trilogia revolucionária (Liberdade - Igualdade - Fraternidade) adotada pela Ordem Maçônica no período pós-revolucionário, é, no mínimo, uma temeridade!

Todos os fatores considerados desencadeantes do processo revolucionário abordados pelo autor, tais como:

- O clima de descontentamento tinha realmente suas origens sociais. A burguesia começou a se fortalecer com o crescimento do comércio e seus membros tiveram rapidamente acesso à propriedade de raiz, brotando naturalmente o desejo de participarem do poder.

- Também as razões de ordem econômica, já que, a partir de 1770, havia uma grande variação e defasagem entre o valor dos salários e dos preços das mercadorias, gerando o que vemos no Brasil de hoje: aumento da miséria, fome e criminalidade. Um ano antes da queda da Bastilha esta defasagem já chegava a 50%.

- A situação financeira do Estado era calamitosa. O exército, a nobreza e o clero consumiam a maior parte do orçamento. A nobreza e o clero se negavam a participar da política fiscal, sobrecarregando os setores da produção (agricultores, pequenos artesãos, etc).

A participação da Maçonaria no movimento, embora a França de 1789 já detivesse grande quantidade de Lojas (639 segundo Tenório de Albuquerque) pouco se sabe ou foi registrado em documentos oficiais sobre esta pretensa participação.

O próprio Grande Oriente da França se manteve à margem do movimento. O próprio autor da Tese cita Oswald Wirth: "No decorrer da tempestade revolucionária, quase todas as Lojas cessaram de se reunir ...".

Embora muito atuante na Europa, especialmente na França do final do Século XVIII, a Maçonaria européia nunca teve a tradição revolucionária de sua coirmã americana. A Maçonaria européia sempre foi mais contemplativa e filosófica.

O escritor Tenório de Albuquerque, citado pelo autor da Tese, embora seja considerado um pesquisador e maçom respeitado nas lides literárias no nosso país, é reconhecidamente um entusiasta e ufanista com respeito à nossa Ordem. Em seu livro "A Maçonaria e a Inconfidência Mineira" da mesma forma que defende a identidade "maçônica" de Tiradentes, também o faz sobre a participação maçônica na Revolução Francesa, tirando suas conclusões em fatos isolados, por processos dedutivos e sem provas concretas.

Quando o Grande Oriente da França foi fundado em 1772 o Duque de Chartres era empossado como Sereníssimo Grão Mestre. O Duque de Chartres, que depois se tornaria Duque de Orleans, permaneceu no cargo durante muitos anos e, por ocasião da Revolução Francesa era chamado de Philippe-Égalité. Este cidadão nunca se interessou pela Maçonaria ou pelos maçons. Tratava-se de um nobre esnobe que os maçons foram buscar para ser Grão Mestre porque era primo do rei.

Ao pedir sua demissão do Grande Oriente da França em 5 de janeiro de 1793, acusou e atacou o Grande Oriente através da imprensa local dizendo que "não conhecia a maneira pela qual se compunha o Grande Oriente e não estava interessado em coisa nenhuma dele e nem das assembléias dos franco-maçons".

José Castellani descreve muito bem a personalidade do Duque de Orleans (ou Philippe-Égalité) em um trabalho publicado na Revista "A Trolha" nº 42 - Julho/Agosto - 1989: "Maçon bisonho, que nunca se interessou pela Ordem, aristocrata que nunca gostou do cheiro do povo e oportunista que tentava livrar o seu pescoço, ele não hesitou em apunhalar, traiçoeiramente, a Maçonaria francesa, para defender seus interesses pessoais perante os revolucionários".

Como a Maçonaria poderia ter participação no processo revolucionário tendo à frente um Grão Mestre nobre, primo do rei e que nunca se interessou pela nossa Ordem? Como a Maçonaria poderia ter participado do movimento, se o próprio Duque de Orleans fora decapitado pelos revolucionários poucos anos depois (1793) da revolução, isto é, no mesmo ano que ele deixou de ser Grão Mestre?

O maçom prudente deve aceitar com reservas a participação maçônica e fundamentar o movimento calcado nas razões políticas, sociais, econômicas e financeiras que precederam a queda da Bastilha.

Com relação ao padre jesuíta Agostinho Barruel, citado pelo Irmão Elisiário, trata-se de um clérigo que viveu a época anterior e posterior à Revolução (1741 - 1820). Este padre atribuiu o movimento revolucionário à Maçonaria muito mais no sentido de CONSPIRAÇÃO do que pelo mérito, já que sua intenção era a de denunciar um complô maçônico, divulgando a idéia de que a Maçonaria sempre maquinou contra o Estado e contra a Igreja.

Segundo Alec Mellor, coube a este infeliz a alcunha de "Pai da Antimaçonaria". Este jesuíta publicou

vários trabalhos antimaçônicos na Europa do Século XVIII visando denegrir a Ordem e incompatibilizá-la com o poder político e com o povo.

Vejamos a opinião de Alec Mellor sobre o padre Barruel, no que se refere a intenção deste jesuíta sobre a Revolução Francesa e Maçonaria: "Ao espalhar a idéia - hoje - demonstrada como historicamente falsa - que a Revolução (francesa) era filha da Maçonaria, foi cegamente acreditado por uns e por outros. Os adversários da Maçonaria fizeram um dogma da famosa teoria, chamada de conspiração, e os maçons dela se vangloriaram, honrando-se com uma Revolução que não somente não prepararam e nem fizeram, mas que tinha levado à guilhotina os melhores entre eles e fechado as Lojas".

Por esta razão e em face da opinião abalizada de grandes historiadores e escritores maçônicos nacionais e internacionais, que, calcados em uma análise séria e imparcial, não se pode atribuir a gênese do movimento revolucionário como obra exclusiva da Maçonaria.

Negar-se, todavia, a participação de maçons no movimento seria cegueira histórica, já que em 1789 foram eleitos 477 maçons para Deputados à Assembléia Nacional. Não significando - todavia - que o movimento tenha partido dos Templos Maçônicos, mesmo porque o Grande Oriente da França se omitiu e praticamente nada registrou em seus Anais sobre o assunto.

Portanto, como Relator da presente Tese, ratificamos plenamente as colocações ponderadas e colocadas pelo Irmão Elisiário, que, de maneira desapassionada, fundamentou seu parecer calcado em ampla pesquisa sobre as causas consideradas geradoras e desencadeantes do processo revolucionário.

Outrossim, sugerimos a Comissão Científica do V Congresso Internacional de História e Geografia da Maçonaria, promovido pela Academia Brasileira Maçônica de Letras, que a presente Tese seja APROVADA COM LOUVOR e publicada nos Anais do Congresso.

Campinas, 22 de Janeiro de 1990.

MARIO NAME, M.:

I.:

Membro Efetivo da
Academia Brasileira

Maçônica de Letras